



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

MEIO AMBIENTE, SÓCIO-ESPACIALIDADE E MODO DE VIDA TRADICIONAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA VELHA (PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA/BA)

Clara Flores Seixas de Oliveira*
(UESB)

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a Comunidade Quilombola Fazenda Velha, alocada dentro dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), uma Unidade de proteção integral, discutindo as problemáticas decorrentes da criação de unidades de conservação de proteção integral em áreas previamente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, reconhecendo a colisão entre o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e as políticas protecionistas dele decorrentes e os direitos dos povos e comunidades tradicionais ocupantes das terras protegidas, compreendendo o direito ao território e ao modo de vida tradicional, incluindo também as manifestações culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; unidades de conservação; sócio-espacialidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo debruça-se sobre a situação da Comunidade Quilombola Fazenda Velha, no município de Andaraí – BA, situada dentro dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), uma unidade de proteção integral, analisando sua sócio-espacialidade e investigando a maneira como certos conflitos decorrentes da implantação do Parque Nacional se manifestam no cotidiano dos moradores da Fazenda Velha. As discussões decorrem de interpretação e análise de dados coletados em trabalho de campo desenvolvido junto à Comunidade no período de abril de 2013 a abril

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CASLIDS (UESB); Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email: clarafsoliveira@gmail.com



de 2014. O planejamento desta pesquisa incluiu levantamento de fontes e agentes sociais envolvidos no caso, além de autorização junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBio.

No contato com a Comunidade Quilombola Fazenda Velha, buscou-se conhecer os vínculos sociais, simbólicos e rituais que o grupo mantêm com seu território (LITTLE, 2002), valorizando-se, assim, as narrativas baseadas na tradição oral e na memória coletiva. Para isso, foram utilizadas técnicas do trabalho etnográfico, notadamente a observação participante, caracterizada pela relação direta e dialógica do pesquisador com seus interlocutores nativos, a fim de obter informações sobre a realidade vivenciada pelas pessoas em seus contextos específicos, que pressupõe, desta forma, o convívio e a interação com a comunidade. Também foram realizadas também entrevistas informais, semiestruturadas, com os membros do grupo social, gravadas com autorização dos entrevistados, acompanhadas de constante registro manuscrito, mediante notas de campo. Numa segunda viagem de campo foram entrevistados alguns ex-moradores da Comunidade, hoje residentes na cidade de Andaraí (BA), e realizada uma nova visita à Fazenda Velha.

PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, em consonância com uma tendência mundial, observou-se o fenômeno da conversão de extensas áreas geográficas com natureza preservada em Unidades de Conservação (UC). No entanto, no processo de criação destas unidades, sobretudo no início, não foi levado em conta o fato de que estas áreas já eram ocupadas por povos e comunidades que ali estabeleceram suas sócio-espacialidades e suas formas de subsistência, obtendo recursos alimentícios, hídricos, simbólicos e identitários de maneira própria, isto é, comunidades que encontram na sua peculiar relação com a natureza formas particulares de se reproduzir enquanto grupo social. Tal situação gera conflitos entre esses povos e o Estado, pois a maioria das



unidades implantadas (principalmente as iniciais), são de proteção integral, ou seja, não admitem a ocupação humana nem a extração de qualquer recurso natural.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 1985 (Decreto 91.655), com o objetivo de proteger amostras dos ecossistemas da porção nordeste da Serra do Sincorá, na região da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, assegurar a preservação de seus recursos naturais e regular as condições de visitação e pesquisa científica na área. O PNCD possui uma área de 152.575 hectares, tendo sido formado com áreas pertencentes aos municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeirais, Itaité e Ibicoara, que atualmente o circundam. Trata-se de uma unidade de proteção integral, isto é, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei (Lei do SNUC, art. 7º, § 1º). Esta categoria de UC é regulada também pelo Decreto nº 84.017/1979, que dispõe que os Parques Nacionais serão criados e administrados pelo Governo Federal, sendo destinados a fins científicos, culturais, educativos e recreativos, constituindo bens da União, de uso comum do povo, “cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis”.

O Levantamento Fundiário da Unidade só foi finalizado em 1998. Para Guanaes (2006), o início do processo de desapropriação das terras particulares e de estabelecimento de regras de uso dos recursos naturais demarca a passagem do parque “de papel”, existente a partir do decreto de criação, para o parque “real”, sendo este um momento dramático para a população local, porque implica intervenções concretas em suas vidas. E o parque deixa de ser um ideal preservacionista abstrato para tornar-se um problema crucial para as pessoas que vivem e dependem dele, com tensões diversas.

Na pesquisa dominial feita nas cidades ao redor do PNCD para o Levantamento Fundiário, apenas 6 imóveis foram considerados de *domínio particular* no interior da UC, enquadrando-se os demais ocupantes na figura jurídica de *posseiros em terras devolutas*, sendo consideradas legítimas aquelas posses onde havia cultura efetiva e morada habitual. Para Guanaes (2006), a “ocupação social” na área do PNCD é complexa,



abrangendo grandes fazendeiros que não ocupam suas terras nem realizam quaisquer atividades produtivas, até pequenas famílias de agricultores, alguns portadores de títulos de propriedade, que costumam se revezar entre a roça e a cidade. As formas locais de uso e apropriação do território, em sua maioria, são baseadas em arranjos e acordos orais estabelecidos.

A partir do Plano de Manejo do PNCD (2007) foi traçado um zoneamento, diferenciando dez categorias de áreas, por usos atribuídos, características, potencialidades e usos atuais. As áreas onde residem grupos humanos ficaram como *Zona de Ocupação Temporária*, cujo objetivo é harmonizar temporariamente a presença das populações com as finalidades da UC, até que se concretize a sua realocação, devendo haver regulamentação e controle das atividades das populações residentes nestas Zonas, acordadas em conjunto, para diminuir o impacto da presença humana na UC.

Mas, apesar da regularização da situação fundiária das famílias residentes no PNCD ser identificada como ação prioritária, até agora a Comunidade Quilombola Fazenda Velha se encontra em seu lugar de origem, dentro do PNCD.

Segundo o Plano de Manejo do PNCD, há cerca de 150 famílias residindo dentro do parque, distribuídas entre 8 comunidades. Dentre elas está a Comunidade Fazenda Velha, sita a 18 quilômetros da sede do município de Andaraí, às margens do Rio Santo Antônio, na região alagada conhecida por Marimbus, parte nordeste do PNCD, onde se encontra um dos poucos bolsões de Mata Atlântica conservada da região.

COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA VELHA: MEMÓRIA E SÓCIO-ESPACIALIDADE

Segundo o Relatório Técnico sobre a situação da Fazenda Velha, elaborado pelo PNCD, a comunidade surgiu de trabalhadores negros e agregados da antiga Fazenda Severino, de propriedade do Senhor Domingos. Por volta de 1920, tal fazenda teria sido adquirida por João Esteves Socorro, e depois por Lourival Cerqueira (“Lourão”),



mudando o nome da fazenda para Jaboticaba. As famílias residiam em seus lotes na propriedade e áreas vizinhas de forma tranquila, mas, por conflitos com os fazendeiros, posseiros da fazenda ao lado teriam sido desalojados de suas roças, migrando para outros locais. A área ocupada pela comunidade de Fazenda Velha foi cercada pelo fazendeiro Lourão e os moradores passaram a ocupar cerca de 170 hectares. Segundo este Relatório, os proprietários das Fazendas Reunidas Jaboticaba declararam ao ICMBio, no processo de desapropriação da área, que as terras teriam sido doadas aos posseiros, embora não exista registro cartorial desta doação. Mas os moradores da Fazenda Velha possuem títulos de suas terras, emitidos pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do Estado, apesar das áreas estarem no interior de uma UC federal.

Outra versão da ocupação da área foi dada por Magniel Silva, morador da Fazenda Velha e atual presidente da Associação, que afirma que a comunidade se originou do Quilombo Limão, que teria sido o primeiro quilombo da região, a partir do qual surgiram outras comunidades por movimentos migratórios, como o Remanso, do outro lado do Rio Santo Antônio (em Lençóis), e a Fazenda Velha. As comunidades de Remanso e Fazenda Velha possuem fortes laços de parentesco e semelhanças culturais, porém não existe um consenso acerca de qual das duas surgiu primeiro.

Segundo Cecília da Silva, historiadora da região, há registros da existência de quilombos na cidade de Andaraí em documentos nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal relatados em obras de autores como João José Reis e Gonçalo Athayde, que citam os ataques que os “quilombos do Andaray” e do Tupim faziam às estradas dos tropeiros, entre 1793 e 1796, às tropas comandadas por batalhões de Salvador e Cachoeira, enviadas para acabar com estes focos de resistência, noticiando também mortes e prisão de 13 quilombolas de Andaraí. Também Senna (1998) faz referência a um quilombo que teria originado a atual cidade de Andaraí.

A área ocupada pela comunidade Fazenda Velha é rodeada por lagoas e trechos alagadiços, afetados pelas enchentes do Rio Santo Antônio. É uma região de enorme

biodiversidade e terras férteis. Os moradores da Fazenda Velha residem em pequenas casas de pau-a-pique, sem qualquer estrutura de saneamento (Fotos 1 a 6). Sobrevivem basicamente da agricultura familiar, algum extrativismo e da pesca artesanal, utilizando técnicas tradicionais de uso e manejo dos recursos naturais.

A enxada é a ferramenta básica para o trabalho na terra (Foto 7), e a mão de obra é familiar. Alguns criam galinhas e porcos para autoconsumo e possuem cavalos para transporte pessoal. As áreas de cada família são divididas em lotes cercados, onde se erguem as pequenas residências e se fazem as roças, onde plantam gêneros alimentícios (mandioca, milho, feijão, abóbora, dendê, banana, laranja, abacate, manga, caju, pinha, jaca), além de uma imensa variedade de plantas medicinais e rituais (Fotos 5 e 6): capim-nagô, alfavaca, “comigo-ninguém-pode”, aroeira, babosa, dentre outras utilizadas para chás e banhos. Na Fazenda Velha, a atividade de pesca é realizada, geralmente, em canoas (Fotos 9 e 10), com utilização de redes e armadilhas artesanais, como o *manzuá* (Foto 8).

Os conhecimentos tradicionais, transmitidos oralmente, sobre os calendários de enchente e vazante do rio, épocas de desova de cada peixe etc. são fundamentais para a dinâmica da pesca na localidade. A atividade pesqueira é de baixo impacto, sendo inclusive importante para o controle biológico dos ecossistemas dos rios locais, pois um dos peixes que mais se encontra nos Marimbus, o Tucunaré, é considerado uma espécie de praga, pois é um peixe exótico predador de peixes nativos, como a Traíra, o Molé, o Curimatã. Alguns moradores abandonaram a pesca, como Dona Luzia e Dona Vandira, porém outros continuam tendo a pesca como uma das principais atividades econômicas, como Seu Crispim, que pesca com frequência, para consumo da família e para vender na Feira de Andaraí, às segundas-feiras (Foto 11).

Foto1 – Casa de Dona Luzia

Foto 2 – Casa de Dona Nenzinha



Fonte: Acervo da Pesquisa/2013.
Pesquisa/2013.



Fonte: Acervo da

Foto 3 – Interior da casa de Dona Luzia



Fonte: Acervo da Pesquisa/2013.

Foto 4 – Casa de Dona Vandira



Fonte: Acervo da Pesquisa/2014.

Foto 5 – Dona Vandira e sua neta Mari na horta



Fonte: Acervo da Pesquisa/2014.

Foto 6 – Dona Vandira cozinhando Foto 7 – Aparecida com a enxada



Fonte: Fonte: Acervo da Pesquisa/2014. Fonte: Acervo da Pesquisa/2014.

Foto 8 – Manzuá, armadilha de pesca.

Foto 9 – Pescadores nos Marimbus.



Fonte: Acervo da pesquisa /2013.

Fonte: Acervo da Pesquisa /2014.

Foto 10 – Canoa para pesca

Foto 11 – Seu Crispim na Feira de Andaraí



Fonte: Fonte: Acervo da Pesquisa /2013. Fonte: Acervo da Pesquisa/2014.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Em 2000, fundaram a *Associação de Moradores e Produtores da Fazenda Velha*, a fim de se organizar para reivindicar seus direitos. Em 2006, a Associação elaborou a Carta Manifesto da Comunidade Fazenda Velha, declarando seu auto-reconhecimento enquanto grupo remanescente de comunidades de quilombos, e, em conformidade com o Decreto nº. 4.887/2003, requereu junto à Fundação Cultural Palmares o seu registro no livro de cadastro geral e a expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo, cuja certificação foi obtida apenas no ano de 2007. Após a certificação, no entanto, nenhuma outra etapa do processo de titulação do território quilombola, de competência do INCRA, foi cumprida.

Além das terras hoje ocupadas em Fazenda Velha, a Comunidade reivindica uma área maior, como território coletivo, que inclui um antigo e desativado cemitério onde estão enterrados os antepassados, áreas de mata conservada e territórios onde já residiram moradores da Comunidade, totalizando uma extensão de cerca de 1.890 hectares. Além da sobreposição ao território do PNCD, há conflitos fundiários também com fazendeiros que alegam serem proprietários de parte das áreas reivindicadas, embora a Comunidade denuncie a prática de grilagem de terras. Atualmente, uma das ações da Associação tem sido pressionar o INCRA para realizar a medição do território reivindicado.

Foto 12 – Reunião da Associação de Moradores e Produtores da Fazenda Velha



Fonte: Acervo de Emílio Tapioca (s/d).

Em 2000, aconteceu o *I Encontro das Populações Tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina*, evento que reuniu representações das diversas comunidades atingidas pelos Parques, das associações de condutores, e dos órgãos governamentais, inclusive o IBAMA e o Ministério Público. Segundo o relatório do evento, após as discussões realizadas, estabeleceu-se um consenso entre os presentes quanto à necessidade de se buscar uma solução para o conflito existente de sobreposição de territórios que compatibilize a permanência das populações no interior da UC com uma política ambiental e eco-turística, levantando-se, inclusive, a possibilidade de criação de um Projeto de Lei que converta as áreas ocupadas pelas populações tradicionais em *Reserva de Desenvolvimento Sustentável*.

A administração do PNCD desenvolveu, em 2005, um projeto chamado *Parque e Populações: Um modelo de Realocação Humanizado e Sustentável*, constante do Plano de Manejo, a fim de realizar o reassentamento das famílias da Fazenda Velha, para uma localidade próxima. Na ocasião, algumas famílias se recusaram a deixar suas terras, e outras aceitaram a proposta, chegando inclusive a construírem benfeitorias no novo local. Entretanto, quando o processo de reassentamento já se encontrava em estágio avançado, a área destinada à realocação da comunidade foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que impediu a conclusão do processo. Após isto, nenhuma outra tentativa de reassentamento foi empreendida. Esta experiência

gerou uma frustração muito grande nos moradores, que não se demonstram mais abertos a novas propostas de reassentamento.

A comunidade de Fazenda Velha atualmente encontra-se em situação crítica, devido às diversas restrições impostas, decorrentes da ocupação de um território de UC de proteção integral. As poucas pessoas que ainda residem lá, idosas em sua maioria, sobrevivem em condições precárias, sem acesso a direitos humanos básicos, como água potável, saneamento básico, energia elétrica, segurança alimentar, serviços de saúde, educação e transporte. Carente destes serviços públicos essenciais na localidade, tem que recorrer à cidade de Andaraí para terem acesso a tais serviços.

A ausência de linha de transporte público regular para a cidade, que fica a 18 km de distância, torna ainda mais difícil a permanência das pessoas no território, contribuindo para a desestruturação da comunidade. Crianças e jovens são obrigados a se mudar para a cidade para estudar, face à inexistência de escolas na comunidade e à ausência de transporte escolar para a sede do município.

Por outro lado, a seca, a queda da pesca pela poluição do manancial do Rio Santo Antônio e outras dificuldades com a produção tornam cada vez mais difícil o sustento das famílias dentro da comunidade. Esses fatores levam a um êxodo sistemático da população para bairros pobres da cidade de Andaraí e vizinhança, na busca por oportunidades e melhores condições de vida, de modo que, do ano 2000 para cá, o número de residentes foi reduzindo-se de cerca de 28/32 para 12 famílias. Dentre estas famílias que permaneceram, ainda são poucas as pessoas que ficam na comunidade todo o tempo, a maioria delas passa a semana na cidade, retornando à "roça" aos fins de semana.

Foto 13 – Mari, 4 anos, sem escola.





Fonte: Acervo da pesquisa /2014.

Desde a sua criação, a Associação tem tido uma forte atuação, exercendo pressão constante junto aos órgãos públicos e estabelecendo parcerias a fim de conquistar melhorias para a comunidade e reverter o quadro de desestabilização em que a mesma se encontra. Entretanto, segundo alegam os entrevistados, o desenvolvimento local é sempre impedido pelo ICMBio.

Em 2010, p.ex., a Comunidade conseguiu junto à Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) a perfuração de um poço artesiano para captação de água potável. A questão da água é um dos problemas mais graves na Fazenda Velha, pois embora a localidade esteja cercada por rios e lagoas, a Comunidade não tem acesso a água encanada, utilizando, para consumo, as águas do Rio Santo Antônio. Este rio recebe dejetos de diversas cidades à montante, sendo alimentado pelo Rio São José, que também é contaminado por metais pesados. Além de ser uma água imprópria, os moradores têm que percorrer longas distâncias para captá-la, trazendo-a até suas casas em baldes transportados em carrinho de mão.

O poço artesiano foi perfurado no lote de Dona Vandira, em área já antropizada, o que, portanto, não implicou novos danos ambientais, conforme concluiu o próprio ICMBio, no já referido relatório: “não será necessário suprimir nenhum indivíduo arbóreo e os danos a vegetação herbácea serão reduzidos e atingirão vegetação ruderal (ou seja, típica de ambientes antropizados) (BRASIL, [2013])”. Entretanto, o ICMBio alegou que a obra foi realizada sem a sua autorização, o que configura uma infração ambiental punível nos termos do Decreto 6.514/2008, razão pela qual o órgão, após vistoria, embargou a obra em 2012, até que seja firmado termo de ajustamento de conduta que permita a continuidade de sua execução. Até agora, tais procedimentos não foram realizados e o poço permanece lacrado na frente da casa de Dona Vandira, senhora de 56 anos que diariamente tem que andar longas distâncias para trazer água contaminada para o seu consumo e de sua família.



Dona Neuza, antiga moradora da Fazenda Velha, afirma que só não permanece mais na roça por conta da água, pois o terreno da sua família fica muito distante do local de captação da água e ela, com 75 anos, diz já não ter força pra carregar os baldes com água. Mesmo assim, ela afirma não ter se adaptado à vida na cidade: “é, eu parei aqui porque lá onde é o meu sítio, a água fica muito longe, eu não aguento e depois de tudo, fiz exame e deu problema em minhas vistas e tô cuidando dum tratamento, mas eu não deixo minha roça, não. Onde eu me criei foi na roça! Não deixo não!”*****

A falta da água também implica problemas na produção, pois apesar das terras em geral serem férteis, em épocas de seca prolongada na região não existem alternativas para irrigação dos cultivos. Os terrenos mais distantes do rio sofrem mais, pois têm menor umidade, como a terra de Dona Neuza, que em 2014 não produziu nada.

O uso de água imprópria resulta em alta incidência de doenças decorrentes da contaminação por verminoses nas comunidades que utilizam a água do Rio Santo Antônio. Segundo Israel, ex-morador da Fazenda Velha e agente de saúde do PSF de Andaraí que atende à região, há um alto índice de esquistossomose nas localidades. Afirma que a saúde também é um fator que contribui para as migrações, pois muitas pessoas têm de ir morar na cidade em decorrência de doenças, tendo em vista a ausência de um posto de saúde ou mesmo de uma ambulância que atenda à localidade. No cotidiano dos moradores, as questões relativas à saúde são tratadas com a medicina tradicional, utilizando-se as mais diversas plantas, raízes e folhas, cujos conhecimentos acerca dos potenciais terapêuticos de cada uma são transmitidos oralmente, de geração em geração, além das rezas feitas pelas benzedadeiras locais.

Além da questão da água, diversas outras demandas por desenvolvimento da Comunidade, segundo relatos dos moradores, são impedidas pelo ICMBio, como a aprovação de projetos para reformas das habitações, que se encontram em situação precária, para instalação sanitária ou projetos de incentivo à produção. Situação semelhante à questão da água ocorreu quanto à demanda por eletrificação na

*****Entrevista realizada em 14 de abril de 2014, em Andaraí.



Comunidade, em que a COELBA teve a iniciativa de instalar uma rede de distribuição de energia na Fazenda Velha, no escopo do programa “Luz para Todos”, mas resultou também embargada pela equipe gestora da Unidade. A insatisfação com a situação vivenciada, agravada a cada vez que uma conquista é anunciada, mas não se efetiva, pôde ser percebida na fala de muitos moradores entrevistados:

Eu não sei o que é, que aqui é cabrojado [sic], porque em todo canto faz luz, tem água, tem escola e aqui... a rede passa pertinho ali ó, mas não tem luz... a gente mora em riba da água, que o rio passa ali, mas não vem água aqui, furaram o poço, disse que deu água boa, mas eles não deixaram ter água pra gente. (Dona Luzia)

Eles falam que vai botar essa energia aqui, essa energia nunca vem. Engraçado que a gente pega na rádio: luz para todos, luz para todos. Eu falo: ‘aqui nunca vem não. Nunca chegou nada aqui. Nunca. Não é pra todos, não!’ (Dona Vandira)

Já Magniel Silva declara posicionamento divergente quanto à eletrificação:

Queria resolver o problema com água. Não queria energia elétrica, porque tira a essência do lugar. No Remanso mesmo... hoje o Remanso não é mais um lugar tranquilo. Com a energia vem muita coisa ruim, música alta, barulho... A energia seria fundamental aqui pra resolver o problema do bombeamento da água, mas se nós pudéssemos resolver o problema da água de outro jeito... (Magniel)§§§§§§§§§§

Inconformada com a situação, a Comunidade encaminhou denúncia à Fundação Cultural Palmares e ao Ministério Público Federal, em 2010, relatando que o ICMBio vinha impossibilitando o desenvolvimento local e o acesso aos direitos básicos, tendo em vista também que as comunidades quilombolas têm prioridade no acesso às políticas públicas. Entretanto, o processo acabou sendo arquivado.

Outra problemática que torna a situação de Fazenda Velha ainda mais complexa é que alguns moradores chegaram a vender seus lotes, titulados pela CDA, a turistas e

§§§§§§§§§§ Entrevistas realizadas em 13 de abril de 2014, em Fazenda Velha.



Fonte: Acervo da Pesquisa / 2014.

Neste sentido, pode-se perceber uma relação entre o espaço e os sistemas simbólicos da Comunidade, que, na teoria de Hassan Zauoal (2003), pode ser compreendido a partir do conceito de *sítio simbólico de pertencimento*, que seria um local no sentido geográfico mas também no sentido simbólico, de adesão a uma cultura, a uma religião ou a significados específicos definidos pelos atores locais.

(...) um sítio [simbólico] é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível. Impregna de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas etc.). Desse ponto de vista, o sítio é um espaço, um patrimônio coletivo que estabelece sua consistência no espaço vivido dos atores. (ZAUOAL, 2003, p. 112)

Além das entidades do jarê, os moradores fazem referência a outras entidades míticas, os chamados “encantados”, seres que habitariam as lagoas dos Marimbus e apareceriam para algumas pessoas, desaparecendo logo após: o *nego d’agua*, a lontra e a sereia. Entretanto, os entrevistados falam dos encantados como algo do passado, que hoje em dia já não se vê mais, como se observa na fala de Seu Crispim: “[...] já teve, nego d’água, mas fugiu de lá... deve ser qualquer sina que ele teve...”. É recorrente a afirmação que reporta a um sumiço de grande parte desses seres encantados, o que coincide, de certa maneira, com o desaparecimento gradual daquele modo de vida que outrora existia na Comunidade.

Em outras palavras, ao tempo em que há uma desagregação do modo de vida local, os seres mágico-religiosos também vão se retraindo. Observa-se, assim, uma desagregação da sociabilidade na comunidade, enfraquecendo os laços de pertencimento e comprometendo a existência da comunidade quilombola.



REFERÊNCIAS

- ALVES, P. C.; RABELO, M. C. O Jarê - religião e terapia no candomblé de caboclo. **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19441.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2014.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Levantamento Fundiário do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Lavras - FAEPE/UFLA. Setembro de 1998.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional da Chapada Diamantina. **Relatório Técnico: situação da comunidade quilombola da Fazenda Velha, Município de Andaraí, no interior dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Palmeiras: PNCD, [2013].
- GUANAES, S. A. **"Meu Quintal não é Parque!": Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32p. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>. Acesso em 04mar.2013
- REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. Uma história de liberdade. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNA, R. S. **Jarê, uma face do candomblé; manifestação religiosa na Chapada Diamantina**. Feira de Santana: UEFS, 1998.
- ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.